

Resumo: Esta síntese da conferência original apresenta uma visão de conjunto do Concílio, desde o contexto da sua convocação. Passa pelas várias fases da sua recepção, até o momento atual, insistindo em que o Concílio “despertou em nós a alegria de Deus”. É preciso, pois, estar atentos a que essa alegria “não seja estragada”. Comenta o sínodo de 85, celebrando os 20 anos do encerramento do Concílio, bem como o discurso de Bento XVI em 2005, por ocasião dos 40 anos. Reflete sobre a “renovação na continuidade” e sobre os novos desafios, de modo especial a questão de Deus em nossa época de crescente secularização. E formula a esperança de que a Igreja, num mundo inseguro, se torne de novo bússola e sinal de encorajamento para a humanidade.

Abstract: A synthetic conspectus of the original conference dealing with the Vatican Council is a major contribution of this article which also takes into account the context since its convocation. In a retrospective view of the various phases of its reception until today its focus is the theme of “the joy in God” which was inflamed in us by the Council. Therefore we need to be careful that his joy be spared from being spoiled. An additional comment on the Synod of 1985, celebrating twenty years of the conclusion of the Council, inserting as well the discourse delivered by the Pope Benedict XVI in 2005, on the occasion of forty years since its final date. The author provides us with some fruitful thoughts on the “renovation of its continuity” and points out new challenges especially on the question of God raised in our time amidst growing secularization. A new hope is needed for the Church confronted by trends of insecurity undermining the life in the surrounding world so as to offer new guidelines and become a major source of encouragement for human kind.

Um concílio a caminho¹

Despertou em nós a alegria de Deus: não deixemos que no-la estraguem

Walter Kasper*

* O Cardeal Walter KASPER é Presidente emérito do Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos cristãos.

¹ O artigo foi publicado no L'OSERVATORE ROMANO, ed. semanal em português, em data de 21-04-2013, pp. 12-13. É uma síntese da intervenção inaugural do Cardeal WALTER KASPER no Congresso Internacional dedicado a “João XXIII e Paulo VI, os Papas do Vaticano II”, em Bergamo, nos dias 12 e 13 de abril p.p. Os subtítulos são da nossa redação.



Era a época da guerra fria. Um ano antes do início do concílio, foi construído o muro de Berlim e, durante o período da primeira sessão, o mundo, por causa da crise de Cuba, encontrou-se à margem do precipício da guerra atômica. Hoje, cinquenta anos depois, vivemos num mundo globalizado, completamente diferente e em rápida transformação, com novos questionamentos e desafios renovados. A fé otimista no progresso e o espírito do encaminhar-se a novos confins já passaram há muito tempo. Para a maior parte dos católicos, as mudanças postas em movimento pelo concílio fazem parte da vida quotidiana da Igreja. No entanto, aquilo que hoje experimentam não é o grande arranque, nem a primavera da Igreja que nessa época esperávamos, mas é ao contrário uma Igreja com um aspecto invernal, que manifesta evidentes sinais de crise.

Para quantos conhecem a história dos vinte concílios reconhecidos como ecumênicos, isto não constituirá uma surpresa. Os tempos pós-conciliares foram quase sempre turbulentos. Mas o Vaticano II representa um caso particular. Diversamente dos concílios precedentes, não foi convocado para eliminar doutrinas heréticas ou para reparar um cisma; não proclamou qualquer dogma formal nem sequer tomou deliberações disciplinares formais. João XXIII tinha uma perspectiva mais ampla. Viu perfilar-se uma nova época, ao encontro da qual caminhou com otimismo, na confiança inabalável em Deus. Falou de um objetivo pastoral do Concílio, referindo-se a uma atualização, a um «devir hoje» da Igreja. Não se visava uma adaptação banal ao espírito dos tempos, mas o apelo a fazer com que a fé falasse nos dias de hoje.

A ampla maioria dos Padres conciliares entendeu essa ideia. Quis atender aos pedidos dos movimentos de renovação bíblica, litúrgica, patrística, pastoral e ecumênica, que surgiram entre as duas guerras mundiais; começar uma nova página da história com o judaísmo, repleta de dificuldades, e entrar em diálogo com a cultura moderna. Foi o projeto de uma modernização que não queria nem podia ser modernismo.

Uma minoria influente opôs uma resistência obstinada a essa tentativa da maioria. O sucessor de João XXIII, Paulo VI, estava fundamentalmente da parte da maioria, mas procurou empenhar a minoria e, em sintonia com uma antiga tradição conciliar, alcançar uma aprovação, na medida do possível, por unanimidade, dos documentos conciliares, num total de 16. Conseguiu, mas foi preciso pagar um preço. Em muitos pontos foi preciso encontrar fórmulas de compromisso em que, muitas



vezes, as posições da maioria se encontram imediatamente ao lado daquelas da minoria, pensadas para as delimitar.

Desse modo, os textos conciliares têm em si mesmos uma enorme potencialidade conflituosa; abrem-se a uma recepção seletiva em ambas as direções. Que rumo indica a bússola do Concílio e para onde conduz o caminho da Igreja católica, no século XXI ainda tão jovem? Permanece assente na confiança crente de João XXIII, ou percorre a direção oposta, rumo a estéreis atitudes de defesa?

Três fases da recepção

Podem-se distinguir três fases da recepção, até aos nossos dias. Antes de tudo, a primeira fase da recepção entusiasta. Karl Rahner, logo depois de ter regressado do concílio, numa conferência em Munique, falou de «começar pelo princípio». Mas permaneceu cautamente céptico naquilo que se referia ao futuro. Outros foram mais além e quiseram deixar de lado aquilo que consideravam elementos da tradição levados ao concílio como acessórios, fruto de comprometimento e, como Hans Küng, com um salto de quase dois mil anos de história da Igreja, interpretaram a doutrina da Igreja de maneira totalmente renovada, começando a partir da Sagrada Escritura.

A reação não se fez esperar por muito tempo. E veio não só da parte do arcebispo Lefebvre e da Fraternidade Sacerdotal de São Pio X, por ele mesmo fundada, mas também da parte de teólogos que, durante o concílio, tinham sido incluídos entre os progressistas (Jacques Maritain, Louis Bouyer e Henri de Lubac). Diversamente de Lefebvre, eles não criticaram o concílio em si mesmo, mas criticaram a sua recepção. Com efeito, nas primeiras duas décadas depois do concílio, houve um êxodo de numerosos sacerdotes e religiosos; em muitos âmbitos verificaram-se o declínio da prática eclesiástica e movimentos de protesto por parte de sacerdotes, religiosos e leigos. O Papa Paulo VI falou de uma «fumaça de Satanás», que teria entrado através de alguma fenda no templo de Deus.

Ainda hoje alguns críticos consideram o Vaticano II, no contexto da história da Igreja, como um desastre e como a maior calamidade dos tempos modernos. Mas representa um curto-circuito considerar que tudo o que aconteceu depois do concílio ocorreu também por causa do mesmo concílio. Os críticos desconhecem as tendências de amplo alcance que



agiram já antes do concílio e que conheceram uma aceleração notável nas sublevações sociais ligadas ao protesto dos jovens e dos estudantes em 1968. Depois de 1968, as tendências emancipadoras tiveram efeito também em âmbitos eclesiais. Durante o concílio, progressistas foram os verdadeiros conservadores, que queriam renovar a tradição antiga; em seguida, tomaram a palavra progressistas de um novo gênero, que não se orientavam tanto segundo a tradição mais antiga, quanto ao contrário segundo os «sinais dos tempos» e que queriam interpretar o Evangelho com base na mudada situação social.

O Sínodo episcopal extraordinário de 1985, vinte anos depois do encerramento do concílio, deu início à **terceira fase** da recepção conciliar. O Sínodo tinha como tarefa realizar um balanço. No entanto, consciente da crise, não quis unir-se ao difundido coro de lamentações. Falou de situação ambivalente na qual, para além dos aspectos negativos, havia também bons frutos: a renovação litúrgica, que levou a uma maior acentuação da Palavra de Deus e a uma participação mais vigorosa por parte de toda a comunidade celebrante; a participação e cooperação fortalecidas dos leigos na vida da Igreja; as aproximações ecumênicas; as aberturas ao mundo moderno e à sua cultura; e muitos outros frutos.

O Sínodo de 85

Fundamentalmente, o Sínodo ressaltou o fato de que a Igreja, em todos os concílios, é sempre a mesma e que, por conseguinte, o último concílio deve ser interpretado em relação a todos os outros. Com esta regra hermenêutica, o Sínodo tornou-se o ponto de cristalização da terceira fase da recepção, relativa ao magistério. O primeiro passo oficial da recepção foi a reforma litúrgica; principalmente, foi a introdução do novo Missal, que tinha entrado em vigor no primeiro Domingo do Advento de 1970. Esta reforma foi acolhida com gratidão pela ampla maioria, mas também encontrou críticas, em parte por motivos teológicos e, parcialmente, também porque alguns já sentiam saudades da sacralidade e da estética do rito em uso até então.

Os documentos conciliares não permaneceram letra morta. Caracterizaram a vida nas dioceses, paróquias e comunidades religiosas, mediante a renovação da liturgia, uma espiritualidade que se distinguiu por uma conotação bíblica mais acentuada e pela participação dos leigos, estimulando o diálogo ecumênico e inter-religioso. O Concílio foi recebido positivamente, em particular pelos novos movimentos



espirituais que surgiram nos anos setenta, os quais trouxeram à luz de uma maneira renovada a multiplicidade dos carismas e a vocação universal à santidade.

Nem sequer a recepção oficial permaneceu inerte. Em parte, ultrapassou o concílio nas reformas litúrgicas, nas quais o concílio ainda seguia o latim como normal língua litúrgica e não se falava de uma celebração orientada para o povo. O mesmo é válido para as indicações sociais e éticas do Papa João Paulo II, a propósito da prática da liberdade religiosa mediante a anulação de concordatas que entravam em conflito com ela e, finalmente, em relação à «política» dos direitos humanos, com a qual João Paulo II ofereceu uma contribuição essencial para a derrota das ditaduras comunistas da Europa Oriental. É importante mencionar também a sua carta encíclica sobre o ecumenismo, *Ut unum sint* (1995), que aprofundou as enunciações ecumênicas do concílio, promovendo-as com energia. Tudo isso transformou positivamente, sob diversos aspetos, a face da Igreja, tanto no seu interior como na sua imagem externa. O ecumenismo, outro tema importante, deu bons frutos, mais do que se esperava na época do concílio.

Uma Igreja que se fundamenta no *mainstream* social torna-se, em última análise, supérflua. Não se torna interessante, se é ornamentada com elementos que não lhe pertencem, mas sim, se faz valer a causa que lhe é própria de modo credível e convincente, e se manifesta como contraforte à opinião pública predominante. Cinquenta anos depois da sua inauguração, ainda há ocasião para se ocupar, de maneira aprofundada, dos textos conciliares, para deles haurir os tesouros ainda inesgotáveis que neles se encontram. Naturalmente, não se pode mitificar o concílio, nem se deve reduzi-lo a algumas frases de efeito. Não se pode nem sequer utilizá-lo como uma pedreira de onde extrair o material para desejadas teses individuais. É necessária uma hermenêutica conciliar, ou seja, uma interpretação meditada.

Os textos conciliares

Ponto de partida devem ser os textos conciliares, cuja interpretação deve ser feita segundo as regras e os critérios universalmente reconhecidos para a interpretação dos concílios. É necessário extrair o sentido de cada afirmação com cautela, da história da redação, muitas vezes complexa; em seguida, é preciso



inserir-la no conjunto, diversificado e rico de tensões, de todas as afirmações conciliares; novamente, é necessário entender isso no complexo de toda a Tradição e do seu desenvolvimento histórico, assim como da recepção entretanto obtida. Enfim, cada uma das afirmações deve ser interpretada, no contexto da hierarquia das verdades, a começar pelo seu centro cristológico. A recepção sob a direção e a moderação do Magistério, constitui uma questão que diz respeito a todo o povo de Deus.

Bento XVI – renovação na continuidade

Um importante indício ulterior foi oferecido pelo Papa Bento XVI, num discurso dirigido aos cardeais e aos colaboradores da Cúria romana, pronunciado no dia 22 de Dezembro de 2005, por ocasião do quadragésimo aniversário do encerramento do concílio. Assim ele introduziu a fase mais recente do debate a respeito da interpretação do mesmo concílio, esclarecendo que o consenso não deve ser apenas sincrônico (relativo à Igreja contemporânea), mas também diacrônico (a respeito da Igreja em cada época). Opôs entre si duas hermenêuticas: a da descontinuidade e da ruptura, que ele rejeitou, e a «da reforma e da renovação». As palavras do Papa foram muitas vezes interpretadas de modo unilateral, deixando de considerar que ele não contrapôs, como muitos chegaram a afirmar, a hermenêutica da descontinuidade à hermenêutica da continuidade. O Sumo Pontífice falou de uma hermenêutica da reforma e da «renovação na continuidade» da Igreja.

O termo “reforma” é, no conjunto da Tradição medieval, um termo fundamental e um desafio que se volta a propor continuamente. Reforma não significa só a necessária adaptação prática de parágrafos separados ‘a novas circunstâncias’. Quem fala de reforma pressupõe que subsistam *deficit* e disfunções que tornam necessário referir-se a tradições mais antigas, esquecidas, de modo particular aos primórdios apostólicos, renovando-os de maneira criativa.

O discurso do Papa sobre a reforma e a renovação na continuidade reflete uma concepção viva da Tradição que, se as argumentações fundamentais são seguidas por consequências práticas, poderia voltar a fazer arder de novo o fogo do concílio, ou seja poderia, na continuidade, trazer novamente o impulso inovador do concílio.



Qual renovação?

Perguntemo-nos: como pode manifestar-se tal renovação, e para onde pode levar o caminho sucessivo? Como aplicar a herança dos Papas João XXIII e Paulo VI nos dias de hoje? Não disponho de um programa global. No entanto, posso mencionar apenas alguns pontos de vista. Em primeiro lugar, o concílio atendeu, de modo crítico-constructivo, a pedidos importantes da modernidade. Hoje, meio século mais tarde, da idade moderna pudemos passar para a pós-moderna. Muitas das antigas questões voltam a apresentar-se de modo renovado; também muitos dos ideais do iluminismo são hoje novamente postos em questão. A fé no progresso, que havia nessa época, assim como a confiança na razão, foram abaladas. Isso não significa que o concílio deixou de ser atual. A Igreja deve levar a sério as interrogações legítimas da idade moderna. Deve defender a fé, quer contra o pluralismo e o relativismo pós-modernos, quer contra as tendências fundamentalistas que se afastam da razão.

Segundo desafio: na era pós-moderna, é aquele que provém não só do nosso mundo ocidental secularizado e relativista, mas do hemisfério sul, ou seja, o desafio da pobreza da grande maioria dos homens. O Papa Francisco, com a sua opção por uma Igreja pobre para os pobres, já não lo recordou. E fê-lo em continuidade com o Vaticano II, que na *Lumen Gentium*, numa parte muitas vezes esquecida do seguimento de Jesus, que por nós se fez pobre, e da pobreza e simplicidade apostólica da Igreja. Neste sentido, o Papa Francisco desde o primeiro dia do seu pontificado ofereceu a sua interpretação, diria profética, do concílio, e deu início a uma nova recepção. Ele mudou a nossa agenda: em primeiro lugar, agora, os problemas do hemisfério sul. Isto leva a um terceiro ponto: devemos reconhecer que a situação da Igreja mudou desde os tempos do concílio. No início do século passado, um quarto dos católicos do mundo vivia fora da Europa; hoje, um quarto deles vive na Europa e mais de dois terços dos católicos do mundo vivem no hemisfério sul, onde a Igreja está a crescer. No nosso mundo globalizado, a Igreja tornou-se uma Igreja mundial e universal, de modo novo. Portanto, o problema da unidade e da multiplicidade salta aos olhos de modo absolutamente novo.

Igreja, mistério de comunhão

O concílio concebeu a Igreja como uma *communio*, ou seja, como participação na comunhão trinitária e como unidade na multiplicidade.



Sem dúvida, a unidade no ministério petrino constitui um bem excelso e um verdadeiro dom do Senhor para a sua Igreja; uma recaída na mentalidade da Igreja nacional não seria, no nosso mundo globalizado, absolutamente capaz de indicar o caminho para o futuro. No entanto, aceitar um centro não significa aceitar um centralismo transbordante. Já em 1963, o então jovem teólogo Joseph Ratzinger chamava a atenção para o facto de que a unidade no ministério petrino não deve ser necessariamente entendida como uma unidade administrativa, mas deixa espaço a uma multiplicidade de formas administrativas, disciplinas e litúrgicas. João Paulo II, na carta encíclica *Ut unum sint* (1995), exortou a meditar sobre novas formas de exercício do primado. Bento XVI retomou pelo menos duas vezes esta frase. Por conseguinte, foi deveras significativo que o Papa Francisco tenha feito referência ao bispo de Roma que preside na caridade, famosa afirmação de Inácio de Antioquia. Ela é de importância fundamental, não só para a continuação do diálogo ecumênico, principalmente com as Igrejas ortodoxas, mas também para a própria Igreja católica.

Quarto ponto de vista. O problema da unidade na multiplicidade aumenta na questão da liberdade de cada ser humano e do cristão individualmente. Hoje em dia fala-se muito da individualização da nossa sociedade. O problema apresenta-se também na Igreja. Estas problemáticas levantam-se para muitos cristãos e pastores, sobretudo no que se refere às questões éticas.

A questão de Deus

O último ponto é o mais importante: a questão de Deus. Já o concílio incluiu o ateísmo, nas suas várias modulações, entre as questões mais sérias desta época. Esta situação, a partir de então, aumentou de modo dramático. O problema de hoje é que, para muitas pessoas, Deus já não representa um problema, ou seja, parece que já não é um problema, e que a sua existência já não tem qualquer interesse. Hoje o problema é a indiferença. Em tal situação, não podemos preocupar-nos somente com os efeitos sociais, culturais e políticos da fé, considerando a fé em Deus como uma premissa óbvia. Não é suficiente nem sequer preocupar-se apenas com as questões de reforma interna da nossa Igreja; elas são interessantes unicamente para os *insiders*. As pessoas lá fora, no «átrio dos gentios», levantam outras interrogações: de onde venho e para onde vou? Por que e para qual finalidade existo? Por que o mal, por que o



sofrimento no mundo? Por que devo sofrer? Como posso encontrar a felicidade? Onde encontrar alguém que esteja perto de mim, que me entenda, me conforte e me infunda um pouco de esperança?

Não devemos falar de uma transcendência vaga, mas temos o dever de falar concretamente do Deus que, em Jesus Cristo, se revelou como Deus conosco e para nós, do Deus infinitamente misericordioso que nos espera, que em cada situação nos oferece uma nova oportunidade e a quem na oração nós podemos dizer: «Abá, Pai!». Devemos falar sobre a misericórdia de Deus, daquela misericórdia, que é – como disse o Papa Francisco – o nome do nosso Deus.

Conclusão

O caminho encetado pelo concílio não terminou. A rica herança que os dois Papas, João XXIII e Paulo VI, nos deixaram, ainda não findou. Devemos percorrê-lo com paciência mas também com determinação e coragem e, não obstante tudo, com *hilaritas*, alegria interior. Como disse Esdras ao povo de Jerusalém: «A alegria do Senhor é a vossa força» (*Neemias* 8,10). O concílio despertou a alegria por Deus, pela fé e pela Igreja. Antes de tudo, é necessário voltar a despertá-la dentro de nós, a fim de que ela possa entusiasmar também os outros. A alegria é contagiosa. Sem dúvida, cada um de nós é apenas uma pequena luz. Também o movimento de renovação pré-conciliar começou com alguns indivíduos e pequenos grupos. Na renovação pós-conciliar não será diversamente. No entanto, se não deixarmos que estraguem a nossa alegria, então um dia ela poderá ser transmitida aos outros. Poderá fazer com que a Igreja, num mundo que se transforma de modo rápido e se sente profundamente inseguro, se torne de modo novo bússola e sinal de encorajamento.